



CAPITAL INTELECTUAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA A PARTIR DOS MODELOS DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

Marivane Vestena Rossato

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
marivavest@gmail.com

Flávia Zancan

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
flaviazancan@yahoo.com.br

Nilmar Sandro Kessler

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
knilmar@yahoo.com.br

Yvelise Piccinin

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
yvelisepiccinin@hotmail.com

Resumo

No contexto da chamada sociedade da informação, a contabilidade tradicional tem enfrentado dificuldades para avaliar as organizações. Mais do que no acervo patrimonial e nos recursos financeiros, o valor de uma empresa reside no conhecimento e informações gerenciados. Em essência, o Capital Intelectual poderia ser compreendido como todo ativo oculto que gera valor para a empresa, que traz benefícios futuros, mas que não aparece nas Demonstrações Financeiras. Nas organizações, o desenvolvimento e a mensuração de ativos que construam o Capital Intelectual (CI) tornaria esta uma atividade estratégica diferenciada para a manutenção da competitividade. Nesse contexto, este estudo objetivou analisar os principais modelos teóricos à cerca de seus méritos e suas deficiências. A pesquisa pode ser classificada, quanto aos objetivos, em exploratório-descritiva. No que se refere aos procedimentos técnicos, com fins de atender o objetivo da pesquisa, realizou-se um estudo bibliográfico, mapeando-se publicações, além de uma pesquisa documental. Em relação à abordagem do problema, a mesma classifica-se como de natureza qualitativa. Avaliou-se que, apesar de existir convergência conceitual e metodológica nas pesquisas sobre o tema, nenhum dos métodos estudados pode ser considerado uma solução eficaz. Apenas servem como ponto de partida para novas tentativas que solucionem o problema da mensuração de um ativo tão relevante, o Capital Intelectual.

Palavras-chave: Capital Intelectual; Méritos; Modelos; Restrições.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, ocorreu uma inversão da importância dos fatores de criação de valor nas empresas. As tradicionais vantagens competitivas que consistiam em maquinaria pesada e serviços manuais foram substituídas progressivamente por novos recursos associados ao

conhecimento, tais como as patentes, a criatividade dos funcionários e as relações estabelecidas com seus *stakeholders*.

Estas alterações são reflexos da chamada Era do Conhecimento, a qual veio acompanhada da internacionalização dos mercados, da mobilidade física e financeira, da intensa concorrência e de um aumento da importância dada às tecnologias de informação advindas, principalmente, da globalização.

Neste contexto, surgiu a figura do Capital Intelectual como agregador de benefícios econômicos futuros. Em essência, este poderia ser compreendido como todo ativo oculto que gera valor para a empresa, que traz benefícios futuros, mas que não aparece nas Demonstrações Financeiras. Entende-se por Capital Intelectual o conhecimento da empresa sobre mercado, de seus funcionários, o grau de importância de cada pessoa dentro da empresa, o diferencial que a empresa tem na hora de gerir seus recursos, a experiência. É o valor/capacidade que supera a soma dos demais ativos e que gera um acréscimo a partir da interação destes, que beneficia as empresas quando estão em operação, seja agregando valor no desenvolvimento de suas atividades internas ou quando estão em contato com os mais diversos *stakeholders*.

Além do patrimônio contábil que as empresas possuem, existem vários outros fatores não reconhecidos e que geram benefícios, sendo um deles o Capital Intelectual, pouco difundido no meio empresarial. Medir o valor de uma organização apenas com base nos conceitos da contabilidade tradicional já não é mais viável. Somente as riquezas físicas podem ser medidas dessa forma. Segundo Edvinsson e Malone (1998 p.7) “uma economia que não consegue medir adequadamente seu valor não consegue distribuir seus recursos de maneira precisa nem remunerar adequadamente seus cidadãos”. Além disso, os investidores necessitam de informações que possam influenciar suas decisões e, de certa forma, que possibilitem uma visão para além das demonstrações contábeis, hoje apenas obrigatórias. É o conceito de *Accountability*, ou seja, trazer transparência nas informações.

Tendo em vista a relevância do Capital Intelectual no contexto das organizações, o problema da pesquisa realizada consolidou-se na seguinte questão: quais são os méritos e deficiências dos modelos de avaliação de Capital Intelectual? Como objetivo, este estudo buscou analisar os principais modelos teóricos existentes que buscam avaliar o Capital Intelectual, incluindo conceitos e linhas de pensamento, bem como seus méritos e suas deficiências.

Assim sendo, este estudo justifica-se por apresentar uma sistematização de algumas das principais produções científicas sobre Capital Intelectual, relacionando à contabilidade suas principais características, além de ofertar à comunidade científica e aos demais usuários uma fonte para pesquisas posteriores.

Em seu estudo, Gallon et. all. (2008) elaborou um mapeamento de trabalhos na área do Capital Intelectual (CI), nele foi possível identificar que: o principal foco das pesquisas é a influência do CI no desempenho econômico-financeiro da empresa; e, que o modelo mais utilizado é o de Edvinsson e Malone (1998).

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos. Além desta introdução, aborda-se a metodologia, na qual se encontram as técnicas de pesquisa utilizadas. Em seguida apresenta-se o referencial teórico, onde se reúnem as teorias que serviram de suporte à análise dos resultados. Na sequência, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos. Por fim, são expostas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para atender os objetivos da pesquisa, neste tópico abordou-se a importância de se avaliar o Capital Intelectual nas empresas e as dificuldades que impossibilitam demonstrar estes valores. Para tanto, inicialmente foi realizada uma breve conceituação sobre a contabilidade e sobre a intangibilidade de ativos. Posteriormente, um pequeno resgate histórico, onde se esclareceram os conceitos e a importância do Capital Intelectual dentro das organizações. Em seguida a investigação firmou-se em torno dos pilares do Capital Intelectual e, por fim, foram estudados alguns modelos de avaliação do Capital Intelectual.

3.1 Aspectos Contábeis e Ativos Intangíveis

A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio e sua evolução. Segundo Iudícibus (2009), a contabilidade pode ser conceituada como sendo o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, com a finalidade de proporcionar a seus usuários decisões e julgamentos adequados. Caracteriza-se por registrar todas as transações ocorridas nas organizações, constituindo-se um grande banco de dados que é útil à administração, além de representar um instrumento gerencial eficaz para o processo decisório.

Porém, além do patrimônio contábil que as empresas possuem, existem outros fatores não reconhecidos que geram benefícios, sendo um deles o Capital Intelectual, pouco difundido no meio empresarial. A contabilidade tradicional não traz grandes subsídios para identificação e contabilização do mesmo, pois os investimentos em propriedade intelectual são contabilizados pelo custo das patentes, dos direitos autorais, das marcas e de outros ativos intangíveis, não contemplando, portanto, os demais benefícios recrudescidos pelo Capital Intelectual.

O CPC 04, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Este define ativo intangível como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Além disso, o mesmo deve ser identificável, protegido contratualmente, separável da entidade e negociável. Assim, o Capital Intelectual não atende aos requisitos de registro como intangível, por não ser separável da entidade e nem negociável, nem esta possui o seu controle, atribuindo benefícios justamente pela interação com os demais ativos da organização.

Dada a complexidade do assunto, os ativos intangíveis podem ser entendidos, segundo Iudícibus (2009), como ativos de capital que não possuem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário. Outra definição, defendida por Hendriksen e Breda (2009), ressalta que os ativos intangíveis existem e possuem valor somente em combinação com os ativos tangíveis da empresa.

De posse destas proposições, pode-se afirmar que os ativos intangíveis apresentam algumas características que permitem classificá-los como um grupo: são inseparáveis das empresas que os possuem (salvo os direitos autorais, as marcas e patentes que podem ser vendidas e compradas separadamente); apresentam um alto grau de subjetividade e incerteza, quanto à avaliação de seus benefícios líquidos futuros; não podem ser utilizados de maneira alternativa (salvo as marcas que possuem aplicação em meios alternativos).



Conforme Iudícibus (2009) e Hendriksen e Breda (2009), o objetivo da evidenciação é demonstrar ao usuário a real situação financeira e patrimonial de uma entidade, estando sua importância diretamente relacionada a não tornar enganosas as demonstrações através da vinculação de informações errôneas ou incompletas aos usuários.

Desta forma, pode-se verificar a relevância do uso da contabilidade gerencial pelo exposto por Antunes (2006, p.22):

dadas as limitações que as normas contábeis impõem à Contabilidade Financeira, entende-se que todo o panorama que envolve a complexidade dos ativos intangíveis e do Capital Intelectual faz com que se direcionem os esforços da sua materialização para a Contabilidade Gerencial.

Martins et. al. (2013, p.1) afirmam que

a Contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os do Imposto de Renda. Esse fato, ao mesmo tempo que trouxe à Contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limitou a evolução dos Princípios Fundamentais da Contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção prática dos princípios contábeis adequados.

Sendo assim, percebe-se que, tanto por fatores legais ou pela subjetividade do tema, a contabilidade tradicional acaba por ter restringida sua capacidade de identificação e avaliação do Capital Intelectual. Contudo, maior aprofundamento pode ser obtido com os preceitos da contabilidade gerencial, alternativa esta que apresenta maior flexibilidade para atendimento às necessidades informacionais atuais, fundamentais para o melhor gerenciamento das organizações.

3.2 Histórico e Evolução do Capital Intelectual

Entre os primeiros estudos realizados sobre o tema destaca-se o de Peter Drucker, que escreveu a cerca das tendências que levariam ao que intitulou: “A Sociedade do Conhecimento”. Drucker apontou mudanças relacionadas a novas tecnologias, a novas formas de comércio, a alterações na sociedade e no enfoque da organização onde o conhecimento passa a ser o capital principal (DRUCKER, 1969).

De acordo com Nonaka e Takeuchi afirmam que

o conhecimento passou de auxiliar do poder monetário e da força física à sua própria essência e é por isso que a batalha pelo controle do conhecimento e pelos meios de comunicação está se acirrando no mundo inteiro. [...] o conhecimento é o substituto definitivo de outros recursos (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 5).

Com a teorização e a tentativa de elaboração de modelos sobre o tema Capital Intelectual por alguns estudiosos como Brooking (1996), Edvinson e Malone (1998), Stewart (1998) e Sveiby (1998), a partir da década de 90, percebeu-se a importância de tal recurso no meio organizacional.

Em seu estudo, Hansson (2003) apresentou evidências de que as possibilidades de futuros ganhos e de previsões de retorno de investimentos em ações da maioria das empresas eram em geral subestimadas como resultado da incapacidade do investidor em distinguir entre



investimentos e despesas em pessoal realizado pelas empresas, e isto porque não fica claro, para esses investidores, o significado dos elementos intangíveis não capitalizados. Assim, o estudo conduzido por este autor procurou dar suporte para o argumento de que a falta de transparência nas informações sobre Capital Intelectual, por parte das organizações, afetaria as decisões relacionadas a investimentos, especialmente nas organizações com utilização intensiva de conhecimento e dependentes de inovações tecnológicas.

Outros estudos como os de Guthrie e Petty (2000), Petty, Ricceri e Guthrie (2008) e Kamath (2008) defendem que, atualmente, as organizações não divulgam voluntariamente informação sobre Capital Intelectual por duas razões específicas: a falta de uma metodologia que seja consistente e aplicável às empresas, e a falta de consenso sobre o conteúdo a se divulgar, algo que seja de fato relevante para as decisões.

3.3 Conceituação do Capital Intelectual

O entendimento do que vem a ser Capital Intelectual encontra-se na explanação de alguns autores, onde conservam semelhanças em suas definições. Para Stewart (1998, p. XIII)

o capital intelectual constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza. É a capacidade mental coletiva. É difícil identificá-lo e mais difícil ainda distribuí-lo de forma eficaz.

Segundo Brooking (1996) capital intelectual é uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as empresas e que capacitam seu funcionamento.

Na visão de Edvinsson e Malone (1998) o capital intelectual pode ser comparado a uma árvore, onde a parte visível (tronco, galhos e folhas) representa a estrutura física da empresa, e a parte oculta (raízes) é o Capital Intelectual. Ao interpretar a metáfora, Barbosa e Gomes (2002) afirmam que, “embora uma análise de seus frutos e folhas possa nos dar uma boa ideia da saúde presente da árvore, somente uma investigação de suas raízes é que nos daria uma ideia da sua saúde futura”.

Antunes (2000, p. 80) define que “Capital Intelectual é o conjunto de valores (ou ativo, ou recursos, ou capital) ocultos que agregam valor às empresas e permitem sua continuidade”. A mesma autora afirma que o capital intelectual pode ser associado e explicado pela compreensão do que significa, atualmente, a sociedade do conhecimento e a consequente valorização do conhecimento como recurso econômico (ANTUNES, 2004).

Para Low e Kalafut (2003) o capital intelectual refere-se ao valor das ideias da empresa, pois os principais ativos das empresas não são mais os recursos naturais, máquinas ou mesmo capital financeiro, e sim, os intangíveis, como pesquisa e desenvolvimento e técnicas confidenciais, propriedade intelectual, habilidade da força de trabalho, redes de fornecimento e marcas de classe mundial. Gracioli e Ceretta (2004) admitem o Capital Intelectual como o conjunto de valores ocultos que agregam valor às entidades, permitindo sua continuidade.

Conforme apresentado, percebe-se que os autores não diferem quanto a suas definições, atribuindo importância a tal ativo, o que torna interessante sua abordagem.

3.4 Importância do Capital Intelectual

O Capital Intelectual surge como uma das maneiras de se explicar a atribuição de valor às empresas pelo mercado ser geralmente maior do que seu valor contábil, principalmente as organizações que se utilizam do conhecimento como diferencial competitivo.

Resende (2002) reconhece que a quantificação do valor intangível, definido como a lacuna existente entre o valor de mercado e o valor contabilizado no balanço patrimonial, se apresenta como o grande desafio da contabilidade. Stewart (1998, p. XIII) exemplifica que

a informação e o conhecimento são as armas termonucleares competitivas de nossa era. O conhecimento é mais valioso e poderoso do que os recursos naturais, grandes indústrias ou polpudas contas bancárias. Em todos os setores, as empresas bem-sucedidas são as que tem as melhores informações ou as que as controlam de forma mais eficaz.

Para Edvinsson e Malone (1998, p. 11), o mercado reconhece o valor das empresas ao alegarem que

de alguma maneira, mesmo que por pressentimento e intuição, o mercado está atribuindo valor aos ativos invisíveis. E alguns desses ativos qualitativos parecem flutuar no espaço quase indefinidamente, materializando-se em itens do balanço patrimonial anos após o mercado tê-los reconhecido.

Complementando Edvinsson e Malone (1998) afirmam que o reconhecimento desta nova realidade força o surgimento de um novo equilíbrio, em que o passado é mensurado levando-se em conta o futuro e os aspectos financeiros são otimizados pelos não financeiros – o Capital Intelectual. Conforme Stewart (1998, p. 51),

quando o mercado de ações avalia empresas em três, quatro ou dez vezes mais que o valor contábil de seus ativos, está contando uma verdade simples, porém profunda: os ativos físicos de uma empresa baseada no conhecimento contribuem muito menos para o valor de seu produto (ou serviço) final do que os ativos intangíveis – os talentos de seus funcionários, a eficácia de seus sistemas gerenciais, o caráter de seus relacionamentos com os clientes – que, juntos, constituem seu Capital Intelectual.

Schnorrenberger (2003) afirma que a reduzida evolução das pesquisas a respeito do capital intelectual, nas últimas décadas, dá-se pela dificuldade em se evoluir de um modelo que possui a certeza matemática para outro que, embora contemple esta certeza, consiga ter uma amplitude tal que englobe fatores não financeiros.

Segundo Chiavenato (2007 p.347),

a contabilidade aborda apenas os ativos tangíveis da empresa, ou seja, prédios, máquinas, dinheiro e etc. Ativos Intangíveis como conhecimento, talentos, capital humano e capital intelectual, são ignorados. Em plena era do capital intelectual, em que o recurso mais importante é o conhecimento, ainda não se inventou um sistema adequado para contabilizá-lo.

Percebe-se a importância que a contabilidade deve atribuir ao tema Capital Intelectual, pela relevância gerencial percebida ao se estudar a atribuição de valor a organizações e os



benefícios que o aprofundamento de estudos nesta área poderia possibilitar aos gestores através de informações úteis e tempestivas, além de ser um diferencial para as empresas e investidores em seu ambiente externo e interno.

3.5 Categorias do Capital Intelectual

A literatura disponível sobre Capital Intelectual apresenta formas variadas de divisões da sua estrutura. Para Brooking (1996), o Capital Intelectual divide-se em quatro categorias: ativos de mercado, ativos humanos, de propriedade intelectual e ativos de infraestrutura. Segundo a referida autora, ativo de mercado é o potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis, que estão relacionados ao mercado como marca, cliente, lealdade dos clientes, franquias, etc. Ativos Humanos são considerados os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua criatividade, conhecimento, visão de futuro. Ativos de Propriedade Intelectual são os que necessitam de proteção legal para que se possa obter seus benefícios, tais como *know-how*, *copyright*, marcas, patentes, etc. Já Ativos de Infraestrutura são as tecnologias, metodologias, processos, sistemas de informação, métodos gerenciais, banco de dados de clientes que a organização possui.

Edvinsson e Malone (1998) dividem o Capital Intelectual em: Capital Humano, que representa o conhecimento, a experiência, o poder de inovação e a habilidade dos empregados, incluindo também os valores, a cultura e a filosofia da empresa; Capital Estrutural, como os equipamentos de informática, *softwares*, banco de dados, patentes, marcas registradas, bem como o relacionamento desenvolvido com os principais clientes.

Sveiby (1998) divide o Capital Intelectual em estrutura interna, a qual corresponde às patentes, conceitos, modelos, sistemas administrativos e sistemas de computadores, em estrutura externa, que compreende as relações com os clientes e fornecedores, as marcas e a reputação da empresa; e, por fim, as competências individuais, que envolvem a capacidade dos profissionais de agir em diversas situações para criar ativos tangíveis e intangíveis.

Para Stewart (1998), o capital intelectual deve ser observado por diversos enfoques, sendo eles a medição do valor geral dos ativos intangíveis, medições do capital humano; medições do capital estrutural e também do capital de clientes.

Analizando-se a estrutura proposta por alguns autores, verifica-se a repetição de alguns itens, como por exemplo, os benefícios atribuídos à capacidade profissional, às relações com clientes, bem como a estrutura e tecnologias, mesmo que estes tenham denominações diferentes, mas essencialmente iguais.

3 METODOLOGIA

Com base nos objetivos, esta pesquisa pode ser classificada em exploratória-descritiva. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias adequam-se a estudos que objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema tendo em vista a relevância do levantamento de novas hipóteses.

As classificadas em descritivas, segundo Gil (2002) possuem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Dessa forma, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa realizada tem enfoque bibliográfico e documental. Para Lakatos e Marconi (2005, p. 45), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”.

Ainda, a pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Na visão de Lakatos e Marconi (2005, p. 185), a pesquisa bibliográfica “deriva de fontes secundárias e abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado”. Gallon et al. (2008) desenvolveram um estudo, no qual apresentaram um esboço reflexivo da produção científica em CI, em periódicos nacionais, com classificação CAPES “A” e nos anais do EnANPAD e do Congresso USP, por meio da bibliometria e do mapeamento das publicações reunidas.

A pesquisa também pode ser classificada, quanto à abordagem do problema, como qualitativa. Esta é útil e necessária para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, possibilitando, assim, estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (BARTUNEK; SEO, 2002).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa sessão, apresentam-se alguns modelos existentes de avaliação do Capital Intelectual.

4.1 Navegador Skandia AFS

Edvinsson e Malone (1998), , desenvolveram o modelo Navegador Skandia, na empresa sueca Skandia AFS. O modelo consiste em subdividir a empresa em cinco áreas distintas de foco, que são: financeiro, clientes, processo, renovação e desenvolvimento, e foco humano, que juntos se configuram no formato de uma casa, a qual representa a própria organização. A Figura 1 apresenta estas subdivisões.

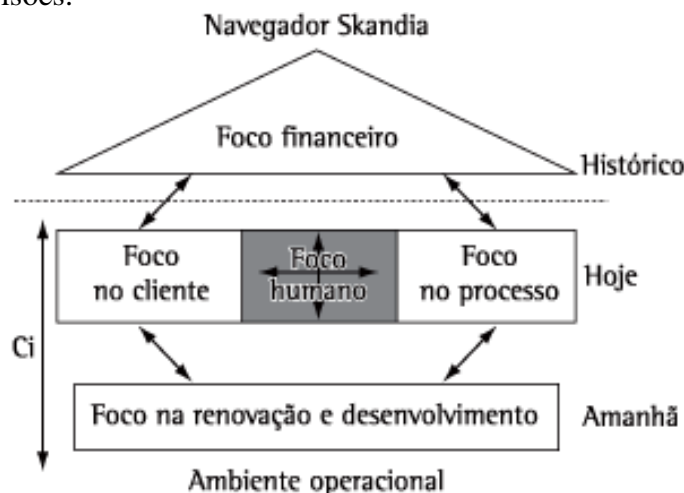


Figura 1: Navegador Skandia.

Fonte: Adaptado de Edvinsson e Malone (1998).



Metaforizando, o foco financeiro é o sótão e representa o passado da empresa, onde ela se encontrava em determinado momento. Já o foco nos clientes representa o hoje e o foco de processos, as atividades desenvolvidas para otimizar o presente através de tecnologias para criação de valor à empresa. O foco de renovação e desenvolvimento configura o alicerce da casa, apoiando o futuro, as oportunidades e a renovação. Por fim, o foco humano representa a parte central da casa, a combinação de experiência e inovação dos empregados mais as estratégias da empresa. Edvinsson e Malone(1998, p.61) afirmam que o foco humano

é a parte da empresa que retorna a seus lares todas as noites, consistindo da competência e capacidade dos colaboradores, do compromisso da empresa em auxiliar a manter essas habilidades sempre sintonizadas e atualizadas, e de apoiá-las por meio de especialistas externos.

Antunes (2000, p. 14) refere-se ao modelo de Edvinsson e Malone,

como uma excelente ferramenta gerencial que fornece subsídios para a tomada de decisões, inclusive estratégicas, e que pode explicar em parte, embora de forma não padronizada e objetiva, a diferença entre o valor contábil de uma entidade e seu valor de mercado.

Porém, ressalta que, por ser um modelo pioneiro, está sujeito a críticas e melhoramentos, além de sua aplicação ter sido direcionada à empresa Skandia AFS. Armos (2003) desenvolveu um estudo de caso em uma empresa de tecnologias para a gestão empresarial, aplicando o modelo Skandia AFS, entre os anos de 2000 e 2002. Como resultados principais constatou-se que com o incremento de mais indicadores que compõem o Capital Intelectual, verificava-se uma maior tangibilidade de ativos ocultos da organização, sugerindo uma possível adaptação desse modelo à inclusão de outros itens para empresas distintas.

4.2 Modelo de Stewart

Stewart (1998) define três medidas de Capital Intelectual, uma baseada no Capital Humano, outra no Capital Estrutural e por último uma baseada no Capital de Clientes. Para cada medida são definidos critérios avaliativos, como por exemplo, inovação, atitudes dos funcionários, experiência e aprendizado para Capital Humano. Para o Capital Estrutural podem ser citados a rotatividade do capital de giro, avaliação da lentidão burocrática e dos estoques de conhecimento (preços de patentes, processos, marcas registradas e direitos autorais do trabalho). Por fim, como Capital do Cliente avaliam-se as alianças e qual a representatividade de um cliente leal.

Contextualizando com uma das metáforas de Edvinsson e Malone, o autor reafirma o importante papel das pessoas em uma organização:

se o capital intelectual é uma árvore [...], os seres humanos são a seiva – em algumas empresas, as seivas – que a fazem crescer. O dinheiro tem poder, mas não pensa; as máquinas operam, muitas vezes melhor que qualquer ser humano, mas não inventam (STEWART, 1998).

Também, Stewart (1998) define três princípios que uma empresa deve seguir para determinar quais as medidas de Capital Intelectual que pretende usar, quais sejam: manter a simplicidade (não utilizar mais que três medidas para cada variável); avaliar o que é estrategicamente importante; e analisar as atividades que produzam riquezas intelectuais.

Este modelo, também conhecido como *Navigator*, defende a ideia que nenhuma medida individual pode representar o capital intelectual de uma empresa. Assim, o modelo proposto por Stewart (1998), busca evidenciar, medir e gerenciar o capital intelectual de acordo com o planejamento e posicionamento estratégicos de cada organização. Desta maneira, as ideias apresentadas para avaliar os ativos intangíveis estão representadas na Figura 2.

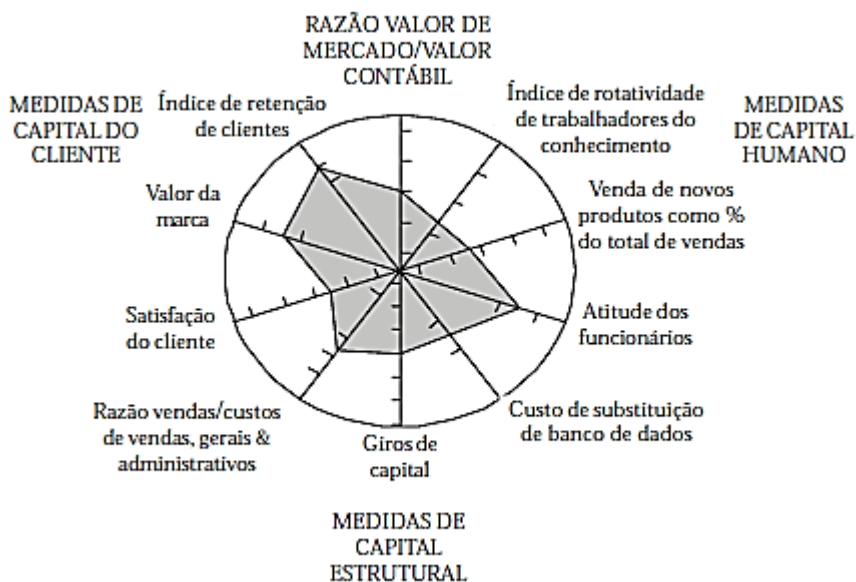


Figura 2: Navegador de Capital Intelectual
Fonte: Stewart (1998, p.219)

Comparando-se este modelo com o anteriormente apresentado pode-se afirmar que o navegador apresenta vantagem, pois, além de considerar os focos anteriores como parte da sua abordagem, é de fácil visualização e acompanhamento, já que está representado em um gráfico. Não obstante, a escolha dos índices de desempenho deve ser rigorosa, adequada e compatível com a estratégia empresarial de cada organização.

Santos (2007) afirma que o Navegador do Capital Intelectual possui a vantagem de ser visualmente fácil de entender e de se acompanhar a evolução da *performance* da organização. Porém, deve-se ter cuidado na escolha dos índices de desempenho, com fins de melhor se adequar à estratégia da empresa.

4.3 Modelo de Brooking

Brooking (1996) define Capital Intelectual como a união de ativos intangíveis, provenientes das mudanças tecnológicas que beneficiam as organizações por capacitarem seu

funcionamento. A autora divide Capital Intelectual em quatro categorias: ativos de mercado, ativos humanos, ativos de propriedade intelectual e ativos de infraestrutura.

Os ativos de mercado, tais como marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento, canais de distribuição, franquia etc., referem-se ao potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado; ativos humanos, como *expertise*, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, representam os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações; ativos de propriedade intelectual são os ativos que necessitam de proteção legal para proporcionarem às organizações benefícios, tais como *know-how*, segredos industriais, *copyright*, patentes e *designs*, etc; e por fim, ativos de infraestrutura, que são as tecnologias, as metodologias e processos empregados, como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de risco e banco de dados de clientes, etc.

Percebe-se o foco do autor em determinar que o Capital Intelectual é formado em grande parte nos processos internos da empresa, sendo esta, consequentemente, a responsável pelo seu aprimoramento.

4.4 Diferença ou Razão entre o valor de mercado e o valor contábil (*Market-to-book*)

Estes são métodos simples e baseiam-se na aplicação das Equações 1 e 2, conforme orienta Stewart (1998):

$$\boxed{CI = VM - VC} \quad \text{OU} \quad \boxed{CI = VM / VC}$$

Onde, CI= capital intelectual, VM = valor de mercado da empresa e VC= valor contábil da empresa.

Desta maneira, é necessário salientar que, segundo Góis (2000), estes métodos são empregados pela facilidade de cálculo. Ou seja, o valor de mercado (VM) é dado pelo valor das ações negociadas em Bolsas de Valores, o valor contábil (VC) é retirado dos valores expressos no Balanço Patrimonial e o valor do capital intelectual (CI) é dado pela diferença entre estes dois referenciados valores.

Não obstante, segundo Stewart (1998), o método referenciado mostra-se insensível a ações de variáveis externas no mercado. Por exemplo, mudanças na política monetária, bem como na carga tributária (variáveis externas) influenciam o mercado de ações, o que pode ocasionar quedas nas cotações das negociações realizadas nas bolsas de valores. Pode-se afirmar que este método apresenta limitações, pois é muito simplista, ao não considerar o custo de reposição dos ativos, mas sim os custos históricos.

Em seus estudos, Santos (2007) afirma que neste modelo da diferença a premissa é a de que tudo o que resta no valor de mercado depois da contabilização dos ativos corresponde aos ativos intangíveis não mensuráveis. Porém, de acordo com a referida autora, essa forma de valoração apresenta problemas, como o mercado de ações ser bastante volátil, além de haver indícios que os valores contábeis e de mercado sejam subestimados. Também, a mesma autora afirma que uma maneira de melhorar a credibilidade entre estes dados é analisar a razão entre os



dois valores e não os números absolutos, pois isto permitiria comparar a empresa com concorrentes equivalentes ou com a média do setor.

4.5 O “Q” de Tobin

Este método foi desenvolvido pelo economista James Tobin. Consiste na comparação entre o valor de mercado e o custo de reposição dos ativos (Equação 3). Foi desenvolvido para prever decisões de investimento independente de influências macroeconômicas, conforme salienta Stewart (1998). Vale destacar, que empresas onde o capital intelectual é abundante, como indústrias de *software*, apresentam valores de “Q” maiores que empresas de transformação situadas no início da cadeia produtiva, onde o capital físico é intensivo.

$$Q = (VMA + VMD) / VRA$$

Onde VMA= valor de mercado das ações (capital próprio), VMD = valor de mercado das dívidas (capital de terceiros empregado) e VRA= valor de reposição dos ativos da firma.

Convém ressaltar que o “Q” não se trata de uma medida específica para mensurar o capital intelectual, mas configura-se como uma boa referência, ao comparar valor de mercado da empresa e custo de reposição de seus ativos.

Comparando-se tal método com os dois anteriormente citados, é correto afirmar que o “Q” de Tobin apresenta vantagem, pois considera o custo de reposição dos ativos e não seus custos históricos.

Além disso, conforme Stewart (1998), ao considerar o custo de reposição, elimina os efeitos de diferentes formas de avaliação de ativos. Não obstante, não é possível afirmar que o “Q” de Tobin considera e aborda as influências e efeitos de variáveis externas no valor de mercado, sendo neste aspecto semelhante aos dois modelos apresentados.

4.6 Modelo de Sveiby

Este modelo, também conhecido como Monitor de Ativos Intangíveis, gravita em torno da ideia de indicadores-chaves, os quais são distribuídos sob três perspectivas: estrutura interna, estrutura externa e competências individuais. Assim, os quesitos crescimento, renovação, eficiência e estabilidade são relacionados a cada uma destas perspectivas supracitadas. A escolha de tais quesitos é definida em função da estratégia adotada por cada organização.

Desta forma, Sveiby (1998) explica que a estrutura interna corresponde às patentes, conceitos, modelos, sistemas administrativos e sistemas de computadores. A estrutura externa compreende as relações com os clientes e fornecedores, as marcas e a reputação da empresa. Por fim, as competências individuais envolvem a capacidade dos profissionais de agir em diversas situações para criar ativos tangíveis e intangíveis.

4.7 Méritos e Deficiências

Ao se comparar os modelos existentes, percebe-se que o propósito destes é realizar uma tentativa de mensuração do capital intelectual das organizações. Dada sua complexidade e subjetividade, torna-se difícil medi-lo com clareza e precisão. No entanto, é de suma importância



sua avaliação dada sua relevância para as organizações, já que só é possível gerir um ativo se este for conhecido.

Partindo-se dos modelos pesquisados percebe-se que o *Market-to-book* (diferença ou razão entre o valor de mercado e o valor contábil) são metodologias simplistas de evidenciação de Capital Intelectual, que acabam por ignorar a complexidade do mundo real. Considerados simples, pois em seu método utilizam o custo histórico dos ativos físicos e apenas comparam-no com o valor de mercado. Ponto importante a destacar consiste no fato de que estes índices não consideram o custo de reposição de ativos, além de serem altamente influenciáveis por fatores mercadológicos, e por isso alteram-se os valores de Capital Intelectual conforme ocorrem alterações no mercado.

Embora o método “Q” de Tobin corrija a deficiência da metodologia *Market-to-Book* no que se trata da utilização do valor de reposição de ativos físicos, este não contempla todos os indicadores definidos como integrantes do Capital Intelectual, como conhecimento e experiência. Outra ressalva a ser feita é quanto a volatilidade das ações no mercado, pois se em dado momento o valor atribuído à empresa na Bolsa de Valores fosse inferior ao evidenciado na contabilidade, seja a custo histórico ou custo de reposição, a empresa não teria Capital Intelectual, ou o mesmo seria negativo, o que representa uma impossibilidade. Como evidencia Góis (2000) evidencia em seu estudo, empresas baseadas em ativos humanos e em tecnologias tendem a possuir um “Q” de Tobin elevado.

Os demais modelos, quais sejam, o modelo de Brooking, o Navegador de Capital Intelectual de Stewart, Skandia de Edvinsson e, Malone, e o modelo de Sveiby, embora tenham vislumbrado indicadores componentes do Capital Intelectual em seus métodos e conceitos, além de serem referência de estudos nesta área, ainda são modelos que possuem alto grau de subjetividade, por não conseguirem avaliar com clareza os valores a serem mensurados do Capital Intelectual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo, este estudo buscou analisar os principais modelos teóricos existentes que buscam avaliar o Capital Intelectual, incluindo conceitos e linhas de pensamento, bem como seus méritos e suas deficiências.

Este estudo teve por objetivo analisar os principais modelos teóricos existentes que buscam avaliar o Capital Intelectual, incluindo conceitos e linhas de pensamento, bem como seus méritos e suas deficiências. Com isso, evidenciou-se a crescente importância que o capital intelectual vem assumindo no contexto empresarial atual e a necessidade de se identificar a sua natureza, suas principais características, além da importância de mensurá-lo.

A existência de várias restrições encontradas nos modelos analisados faz com que a contabilidade perca sua objetividade para efetivar a mensuração desse recurso. Da mesma forma, o Capital Intelectual não apresenta uma metodologia de identificação e avaliação consolidada, pois, como apresentado neste estudo, o atual estágio evidencia claramente necessidade de se apurar o valor desses recursos, visto que contribuem para a formação do valor econômico do patrimônio das organizações e, portanto, deve ser objeto de estudo da Contabilidade.



Considera-se de suma importância gerir e mensurar tal intangível que está associado a tamanha subjetividade, dado que estamos em uma sociedade baseada no conhecimento, e este nas organizações tem de ser avaliado, seja pelos gestores ou pelos investidores, com fins de consolidarem e alavancarem seu potencial de crescimento e de trazer benefícios para a organização.

Atentando à problemática desta pesquisa, conclui-se que, apesar de existir convergência conceitual e metodológica nas pesquisas sobre o tema, os modelos existentes apresentam-se como tentativas de solução ao problema da presente impossibilidade de mensuração do Capital Intelectual, mas não trazem uma abordagem consolidada e parametrizada para auxiliar a contabilidade no reconhecimento e avaliação de ativo tão relevante para as entidades empresariais.

Assim, para estudos futuros, sugere-se que a presente pesquisa seja replicada a fim de averiguar a evolução dos modelos existentes, bem como as mudanças em aspectos no que tange a mensuração e avaliação do Capital Intelectual, contribuindo, desta forma, para a consolidação teórica do tema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **A influência dos investimentos em capital intelectual no desempenho das empresas**: um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras. 2004. 276 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. **A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão**. 2006. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17n41/v17n41a03.pdf><. Acesso em: 07/04/2015.

ARMOS, S. **Mensuração do Capital Intelectual: Estudo de Caso na Empresa Converge – Tecnologias de Gestão, Empresa de Prestação de Serviços em Consultoria e Treinamento**. 2003. 198 p. Tese (doutorado em Ciências Econômicas). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BARBOSA, J. G. P.; GOMES, J. S. **Um Estudo Exploratório do Controle Gerencial de Ativos e Recursos Intangíveis em Empresas Brasileiras**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n2/v6n2a04.pdf><. Acesso em: 02/02/2015.

BARTUNEK, J. M.; SEO, M. **Qualitative research can add new meanings to quantitative research**. Journal of Organizational Behavior, v. 23, n.2, mar., 2002

BONTIS, N. Intellectual capital: an exploratory study that develops measures and models. **Management Decision**. MCB University Press. V. 36, n. 2, pg. 63-76, 1998.



BROOKING, A. **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston: Thomson Publishing, 1996.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)**. Disponível em: >http://www.cpc.org.br/pdf/cpc_04n.pdf<. Acesso em: 16/02/2014.

DRUCKER, P. F. **Uma Era de Descontinuidade**. Círculo do Livro. São Paulo: 1.ed. 1969.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital Intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**. Trad. Roberto Galman; Revisão Técnica Petros Katalifós. São Paulo: Makron Books, 1998.

GALLON, A. V.; SOUZA, F. C.; ROVER, S.; ENSSLIN, S. R. **Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual**. Revista de Administração da Mackenzie, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓIS, C. G. **Capital Intelectual: O Intangível Do Século XXI**. Recife, 2000. Disponível em: ><http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2993/2993><. Acesso em: 16/02/2015.

GRACIOLI, C.; CERETTA, P. C. A, P. C. **Capital Intelectual: Porque e como medir este ativo intangível**. Florianópolis, 2004. Disponível em: >http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep0902_0677.pdf<. Acesso em: 15/02/2015.

GUTHRIE, J.; PETTY, R. **Intellectual capital: Australian annual reporting practices**. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 3, p. 241-251, 2000.

HANSSON, B. **Human Capital and Stock Returns: In the...** 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=265363>. Acesso em 03/04/2015.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAMATH, G. B. **Intellectual capital and corporate performance in Indian pharmaceutical industry**. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, n. 4, p. 684-704, 2008.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LOW, J.; KALAFUT, P. C. **Vantagem Invisível**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de Conhecimento na Empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PETTY, R.; RICCERI, F.; GUTHRIE, J. **Intellectual capital: a user's perspective**. Management Research News, v. 31, n. 6, p. 434-447, 2008.

RESENDE, R. **Considerações acerca dos métodos de avaliação do capital intelectual**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, DF, nº 137, p. 23 – 39, set/out 2002.

SANTOS, J. A. **O capital intelectual nas organizações**. 2007. 57 p. Monografia. Administração de Empresas, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2007.

SCHNORRENBERGER, D. **O alvorecer do capital intelectual**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, DF, nº 139, p. 21 – 31, 2003.

STEWART, T. A. **Capital Intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.